

Ofício nº 105/2021 - GAB

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000 www.lapa.pr.gov.br

Lapa, 11 de Março de 2021.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 18/2021, que acrescenta Ação a Programa da Lei nº 3727/2020, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2021, e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

Diego Timbirussu Ribas Prefeito Municipal

Documento eletrônico datado e assinado por Diego Timbirusso Ribas, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043. de 01 de abril de 2019.

PROTOCOLO GERAL 439/2021
Data: 11/03/2021 - Horário: 15:53
Legislativo

Ilmo. Sr. GUSTAVO RIBAS DAOU Presidente da Câmara Municipal Lapa – Pr.

Assinado digitalmente por: DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS:04222448990 042.224.489-90 11/03/2021 15:12:04 学<mark>是</mark> ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/03/2021 15.12 -03:00 -03 学科 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p604a5d7a828a5.



Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000 www.lapa.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Súmula: Acrescenta Ação a Programa da Lei nº 3727/2020, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1° - Fica acrescentado ao 0032 - Programa de Vigilância em Saúde, a Ação - 2390 - Aquisição de Imunizantes - Coronavírus (COVID) - para o exercício de 2021, da Lei nº 3727/2020 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2021.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, 11 de Março de 2021.

Diego Timbirussu Ribas Prefeito Municipal

Documento eletrônico datado e assinado por Diego Timbirusso Ribas, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.





Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000 www.lapa.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 18, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Apresento à consideração desse Egrégio Poder Legislativo, Projeto de Lei que acrescenta a Ação - 2390 — Aquisição de Imunizantes — Coronavírus (COVID), para o exercício de 2021, ao Programa 0032 - Programa de Vigilância em Saúde, da Lei nº 3727/2020, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dá outra outas providências.

Para tanto, destaco que o presente Projeto visa acrescentar previsão para as despesas de aquisição de imunizantes e insumos para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), para o exercício de 2021.

Na certeza do alto espírito público que norteia as decisões dos nobres integrantes dessa Colenda Casa, espero aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, 11 de Março de 2021.

Diego Timbirussu Ribas Prefeito Municipal

Documento eletrônico datado e assinado por Diego Timbirusso Ribas, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.



250 municípios do Paraná aderem a consórcio municipal de compra de vacinas contra a Covid-19

Para especialista, compra em grande quantidade pode 'baratear e acelerar processo de vacinação no Brasill. Em todo país, 1.703 municípios manifestaram interesse de adesão.

Por Bárbara Hammes, G1 PR

05/03/2021 21h22 · Atualizado há 2 dias



250 municípios do Paraná aderem a consórcio municipal de compra de vacinas contra a Covid-19 — Foto: Giuliano Gomes/PR Press.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa <u>Política de Privacidade</u>. Conheça nosso <u>Portal da Privacidade</u> e veja a nossa nova Política.

O consórcio municipal de prefeitos para compra direta de vacinas contra a Covid-19 teve adesão de 250 das 399 prefeituras do Paraná. O prazo para sinalização de interesse à iniciativa da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) encerrou nesta sexta-feira (5), às 12h.

Conforme lista divulgada pela FNP, todos os cinco maiores municípios paranaenses (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel) manifestaram interesse.

 Boletím aponta que 12,1 mil pessoas morreram de Covid-19 no Paraná; estado tem 667.441 casos confirmados

Em todo o Brasil, **1.703 municípios aderiram ao consórcio**. Somados, a população representa mais de 125 milhões de brasileiros.

Veja a lista de municípios

Para o advogado Guilherme Gonçalves, especialista em Direito Público, o consórcio é uma saída para dar celeridade ao processo de imunização da população brasileira.

"A única maneira de retomar a economia e a normalidade do Brasil é a vacinação da população, então esse consórcio é uma iniciativa complementar ao próprio governo federal e que auxilia para adquirir uma maior quantidade de vacina. Como será em grande volume, isso tende a baixar o custo da vacina e também facilitar a logística de entrega e, se tudo der certo, a dinâmica da imunização", completou.

O Paraná aplicou 455.608 doses, sendo 337.063 da primeira dose e 118.545 da segunda dose contra a Covid-19 até o final da manhã desta sexta-feira. Portanto, 337.063 paranaenses foram vacinados.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

4o todo, o estado recebeu 853 mil doses de vacinas contra a Covid-19 do Governo Federal.

- CORONAVÍRUS NO PARANÁ: Veja as principais notícias
- ACOMPANHE: Média móvel de mortes e casos no estado
- VACINAÇÃO NO PARANÁ: Veja perguntas e respostas

Próximos passos

Antes de poder comprar vacinas, conforme a FNP, é necessário que cada Câmara Municipal aprove, em até 15 dias,

Nés usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar contetudo de sea interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa Política de Engles estas Conheça nosso Portal da Privacidade e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

A assembleia de instalação do consórcio está marcada para 22 de março, às 15h.

Além disso, somente após a constituição legal, com a criação de um CNPJ e a escolha de diretoria, o consórcio estaria apto a adquirir vacinas.

Segundo a Frente Nacional dos Prefeitos, a medida de compra de imunizantes está prevista caso o governo federal descumpra o Programa Nacional de Imunizações (PNI) ou a previsão de doses seja insuficiente para imunizar a população.

A ação tem respaldo jurídico na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que em 23 de fevereiro autorizou a compra de vacinas contra a Covid-19 diretamente por estados e municípios.

Recursos para o consórcio

Os custos para a formação legal do consórcio público serão pagos pela FNP.

Em relação à aquisição de vacinas, o presidente da frente, Jonas Donizette, disse que a primeira opção é usar recursos do governo federal, mas transferências de verbas por organismos internacionais, participação da iniciativa privada ou mesmo a compra com verbas dos municípios serão discutidas.

Caso os recursos sejam repassados pelos municípios, Gonçalves acredita que as doses sejam repassadas proporcionalmente ao investimento da cidade.

"Se bancados por cada município, o consórcio vai distribuir as doses proporcionalmente à contribuição do cada cidade. Assim cada município paga proporcional ao que pretende ter para imunizar sua população", explicou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Vacina contra a Covid-19 no Paraná

O número de imunizantes repassados ao estado pelo Ministério da Saúde foi alvo de críticas por parte do secretário de Saúde do Paraná, Beto Preto. À época, em começo de fevereiro, o titular da pasta afirmou que o ritmo de chegada das doses estava "a conta-gotas".

Nós usamos cookies e outras tecnologías semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa <u>Poitira da Privacidade</u>. Conheça nosso <u>Portal da Privacidade</u> e veja a nossa nova Política.

Coronavírus no Paraná

O Paraná vive o pior momento da pandemia do novo coronavírus. Em todo o estado, **mais de 800 pessoas** aguardam na **fila por um leito** para a doença.

Além disso, o número de pessoas que morreram por Covid-19 no estado chegou a 12,1 mil, nesta sexta-feira, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Conforme o boletim da secretaria, o estado atingiu o total de 672.179 casos confirmados da doença.

- Estamos entrando no colapso', diz secretário de Saúde do Paraná
- Em cinco dias, nove pessoas morreram nas UPAs de Cascavel à espera de leito de UTI

Hospitais também chegam à capacidade máxima de atendimento. Segundo a Sesa, 96% dos leitos de Unidade Terapia Intensiva (UTI) Covid-19 do Sistema Único de Saúde (SUS) estão ocupados, na quinta-feira.

- Há seis dias sem leitos de UTI, pacientes são atendidos em recepção de unidades de saúde de Cascavel
- Alu de Ponta Grossa chega a 650% de ocupação dos leitos da ala emergencial

VÍDEOS: Vacina contra a Covid-19 no Paraná







PodParaná Por GT em 5/3/2021

Passagem de Santos Dumont muda rumo do turismo nas Cataratas do...









Veja mais noticias da região em G1 Paraná.

Mos usamos cookies e outras tecnologías semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar contrate de verameresse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa Política de Escriptor. Conheça nosso <u>Portal da Privacidade</u> e veja a nossa nova Política.

GRUPOS PRIORITÁRIOS

1. Pessoas com 60 anos ou mais institucionalizadas

Vacinados

Em curso Em curso

STATUS

2. População indígena em terras indígenas demarcadas

3. Trabalhadores de Saúde que atuam em serviço de saúde

4. Pessoas de 80 anos ou mais

ANEXO II

5. Pessoas de 75 a 79 anos

6. Pessoas de 70 a 74 anos

7. Pessoa de 65 a 69 anos

8. Pessoas de 60 a 64 anos

9. Pessoas em situação de rua

10. Trabalhadores de força de segurança e salvamento

11. Comorbidade

12. Trabalhadores educacionais e da assistência social (CRAS,

CREAS, casas/ unidades de acolhimento)

13. Pessoas com deficiência institucionalizadas

14. Pessoas com deficiência permanente severa

15. Quilombolas, povos e comunidades tradicionais ribeirinhas

16. Caminhoneiros

17. Trabalhadores do transporte coletivo rodoviário e ferroviário de passageiros

18. Trabalhadores de transporte aéreo

19. Trabalhadores portuários

20. População privada de liberdade (exceto trabalhadores

de soúde e segurança)

21. Trabalhardores do sistemo orisional





PLANO ESTADUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19



ANEXO II

Escalonamento da vacinação em Trabalhadores de Saúde que atuam em Serviços Saúde, visando execução do Plano Estadual de Vacinação Contra a COVID-19 do Pilo

I- INTRODUÇÃO

Considerando a população a ser vacinada e o quantitativo de vacinas disponíveis, os conceitos e escalonamento, abaixo apresentados, visam a subsidiar a execução do Plano Estadual de Vacinação Contra a COVID-19.

Este conteúdo será atualizado sempre que houver modificações nas variáveis ora consideradas e de acordo com mudanças no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, do Programa Nacional de Imunizações – PNI, do Ministério da Saúde.

II- TRABALHADOR DE SERVIÇO DE SAÚDE

Pessoa que exerce as atividades laborais em serviço de saúde (instituições públicas e privadas prestadoras de serviços de internação hospitalar e instituições prestadoras de serviços ambulatoriais de saúde).

Os locais de trabalho são de natureza diversa, desde onde se realiza a assistência direta ao usuário acamado, até ambientes cujas atividades desenvolvidas são, exclusivamente, administrativas.

Deste modo, ainda que se enquadre como trabalhador de serviço de saúde, a exposição ao risco é diversa nos diferentes ambientes de trabalho.

A priorização da vacinação contra a COVID-19 no grupo prioritário de **Trabalhadores de Saúde que atuam em Serviços de Saúde** será em conformidade com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19 (PNI/MS, 2021, 2ª Edição), e escalonada por local de atividade.

Todos os trabalhadores de saúde serão vacinados, porém, a ordem de prioridade temporal para a vacinação está escalonada em subgrupos, conforme apresentado abaixo.

III- ESCALONAMENTO DA VACINAÇÃO EM TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS

A execução do Plano Estadual de Vacinação Contra a COVID-19 no Paraná se dará em etapas (1 a 10) correspondentes aos subgrupos de trabalhadores de saúde (ordem operacional e cronológica).

Exemplificando, ao término da vacinação dos trabalhadores do subgrupo 1, inicia-se a vacinação para os trabalhadores pertencentes ao subgrupo 2 e assim, sucessivamente.



PLANO ESTADUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19



SUBGRUPOS DE TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- 1. Trabalhadores vacinadores/aplicadores da vacina contra a COVID-19.
- 2. Trabalhadores de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).
- 3. Trabalhadores de hospitais e serviços de urgência e emergência (UPA, SAMU, SIATE), <u>de referência* COVID-19</u>, Clínicas de Diálise, Serviços de Oncologia:
 - 3.1 Trabalhadores que atuam na assistência direta a paciente COVID-19;
 - 3.2 Trabalhadores de apoio/suporte ao paciente e à equipe que atende COVID-19 (motorista, laboratório, imagem, limpeza, nutrição, entre outros);
 - 3.3 Trabalhadores que atuam em Clínicas de Diálise e Serviços de Oncologia, devido ao risco de transmissão do vírus aos pacientes;
 - 3.4 Trabalhadores em geral, exceto de áreas administrativas.
 - * Serviço de saúde que presta atendimento à paciente COVID-19.
- 4. Trabalhadores de Centros de Atendimento à COVID-19.
- 5. Trabalhadores da Atenção Primária à Saúde (APS) e de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- 6. Trabalhadores de laboratórios que coletam ambulatorialmente e processam testes/exames laboratoriais para a COVID-19.
- 7. Trabalhadores dos demais serviços de Urgência e Emergência, como os Pronto Atendimento (PA) que não são referência para COVID-19 e de hemocentros.
- 8. Trabalhadores que atuam na Vigilância em Saúde que desenvolvem atividades de campo relacionadas à COVID-19.
- 39. Trabalhadores dos demais serviços ambulatoriais e hospitalares, trabalhadores atuantes em farmácias, em sistema funerário que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados (COVID-19), cuidadores domiciliares, doulas, e trabalhadores atuantes em áreas administrativas, inclusive da gerência e gestão da saúde.
 - 10. Trabalhadores de serviços ambulatoriais e hospitalares, públicos e privados, que se encontram em teletrabalho devido pandemia, e demais não listados anteriormente.

Atualizado em 26.01.2021.